CONJUNTURA
CNseg

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

ANO 2 | Nº 13 | NOVEMBRO/2019

ANO 2 | Nº 13 | SETEMBRO/2019

CONJUNTURA **CNseg**

Dados Susep de setembro de 2019
Dados ANS de junho de 2019

CONJUNTURA
CNseg

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

ANO 2 | Nº 13 | NOVEMBRO/2019

Sumário

Apresentação 5

Editorial 6

Economia Brasileira..... 8

Mercado Segurador..... 15

Resumo Estatístico..... 19

Glossário..... 24

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico , Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.

Editorial

Marcio Serôa de Araujo Coriolano, presidente da CNseg

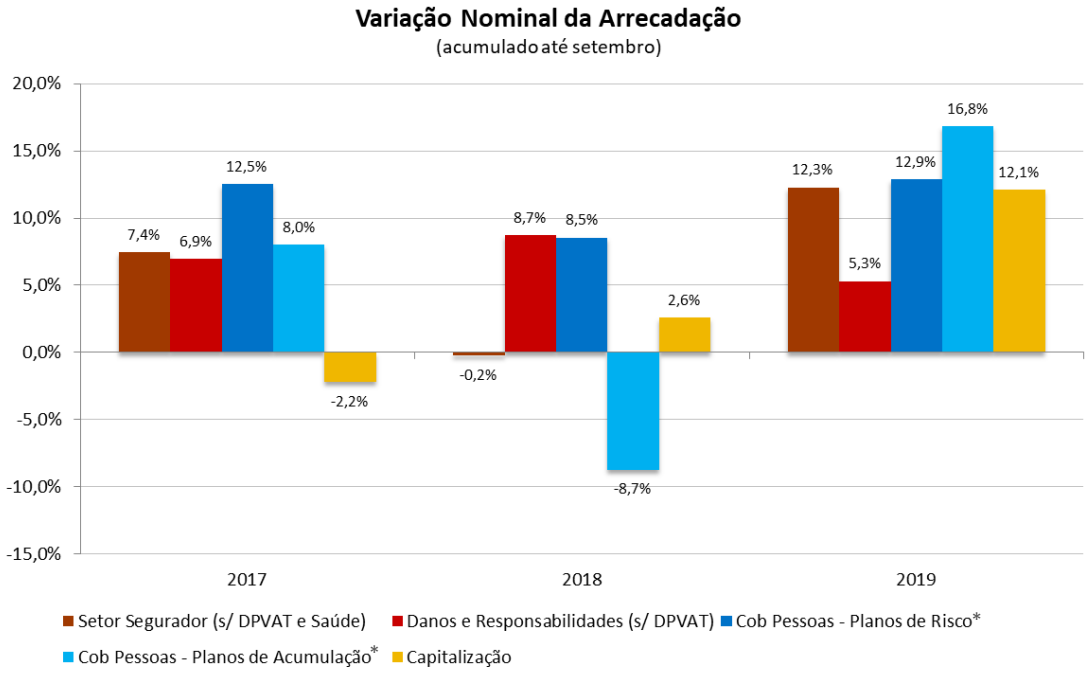
O setor de seguros (sem saúde e DPVAT) progrediu fortemente em setembro, levando a crescimento acumulado em 2019 com taxa histórica de 12,3%.
O desempenho anualizado 2019/2018 resultou em variação de 8,9%, já estando próximo da projeção otimista da CNseg.

O mês de setembro de 2019 registrou taxa de crescimento de 18,6% comparativamente ao mesmo mês de 2018.

Os destaques foram os seguros Patrimoniais – Massificados (18,6%), os de Riscos de Engenharia (58,8%), a Garantia Estendida (15,7%), o seguro Rural (19,6%), o de Vida (27,1%), o Prestamista (22,2%), os produtos da Família VGBL (35,0%) e os Títulos de Capitalização (18,1%).

Já no acumulado até setembro, a variação de 12,3% contra 2018 continua confirmando o protagonismo do segmento de Pessoas tanto nos Planos de Risco, quanto nos de Acumulação - VGBL e PGBL -, estes em franca recuperação e decisivos para a obtenção da taxa global.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos principais segmentos de seguros em série sucessiva de 9 meses, para os anos de 2017, 2018 e 2019.



Pelo gráfico, depreende-se, em contraste com o segmento de Danos e Responsabilidades, muito influenciado pelo fraco desempenho dos seguros de Automóveis, que o segmento de Pessoas permanece fonte da preferência dos clientes. Os Títulos de Capitalização também evidenciam consolidação de crescimento no período.

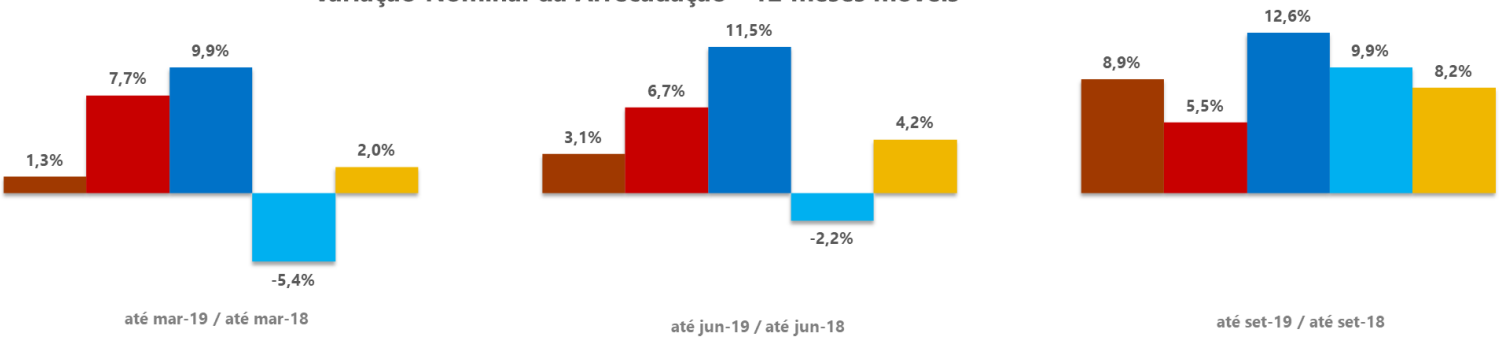
* Os Planos Tradicionais foram alocados em Planos de Risco e Acumulação de acordo com as suas características.

É fácil observar, na série, a persistência do comportamento positivo dos Planos de Risco em Coberturas de Pessoas, assim como a recuperação, em 2019, dos Planos de Acumulação (VGBL e PGBL). O primeiro denota consolidação da busca pela proteção da vida e dos eventos de acidentes e doenças. Os dois últimos, cuja evolução positiva iniciou-se em junho, já devem resultar da intensa discussão sobre a reforma previdenciária.

Os resultados do mês de setembro de 2019 são importantes porque coincidem com a publicação dos demonstrativos econômico-financeiros das seguradoras de capital aberto e, principalmente, porque prenunciam a banda de fechamento do exercício.

Em seguida, mostramos o gráfico de evolução anualizada dos principais segmentos de seguros. Como comentado, a variação anualizada está posicionada muito próxima às projeções otimistas (excluindo Saúde e DPVAT) da CNseg. Cabe, doravante, observar os três últimos meses de 2019.

Variação Nominal da Arrecadação - 12 meses móveis



- Setor Segurador (sem DPVAT e Saúde)
- Danos e Responsabilidades (sem DPVAT)
- Cobertura de Pessoas - Planos de Risco
- Cobertura de Pessoas - Planos de Acumulação
- Capitalização

Fontes: SES (SUSEP) - Extraído em 29/10/2019

Nota: Os Planos Tradicionais foram alocados em Planos de Risco e Acumulação de acordo com as suas características.

Economia Brasileira

Análise Conjuntural

No último mês, a economia brasileira continuou a apresentar sinais difusos, característicos de recuperações excepcionalmente lentas como a que temos testemunhado desde o mais recente e intenso episódio de recessão que começou em 2014. Se, por um lado, os indicadores de atividade de setembro têm apresentado um quadro melhor que aquele que decepcionou em agosto, os indicadores do mercado de trabalho, já em fraca recuperação, tiveram desempenho ruim no trimestre encerrado em setembro, com uma taxa de desemprego que deixou de cair e predominância do emprego informal, ainda que haja indicações, vindas do CAGED, de que o emprego formal também se recupera. Os sinais que vêm do exterior, entretanto, continuam a ser predominantemente negativos, exacerbando as incertezas e lançando nuvens sobre as expectativas de desempenho da economia mundial no ano que vem.

As análises econômicas e políticas neste ano foram dominadas pela pauta da reforma da Previdência. Apesar de alguns atrasos e dificuldades inerentes ao trâmite de uma reforma tão impactante, o Senado Federal aprovou seu texto-base em segundo turno no plenário no final de outubro, tendo sido promulgada há poucos dias. A despeito da diminuição da expectativa de economia total com a reforma nos próximos dez anos, a realidade é que, mesmo com as "desidratações" que têm ocorrido desde que a proposta foi enviada pelo Executivo ao Congresso, a reforma aprovada representa economia compatível com cenários otimistas traçados no início do ano e maior que aquelas propostas em tentativas anteriores. Enquanto isso, segue no Senado a PEC paralela da Previdência, cuja principal e mais importante matéria é a inclusão de estados e municípios nas alterações propostas.

Durante o trâmite da reforma da Previdência no Congresso, ficou claro que ela, apenas, não é suficiente para destravar a economia. Tal percepção se torna evidente quando se observa que as projeções do mercado financeiro para o crescimento este ano, que eram de 2,5% no início do ano, caíram para menos de 1,0% já em meados de junho, mesmo com a reforma caminhando relativamente bem nas mãos do Poder Legislativo. Há diversas razões para isso e a já citada lenta recuperação do mercado de trabalho talvez seja, hoje, a maior barreira para que a economia volte a crescer. Dadas a grande restrição fiscal do setor público, a desaceleração da economia mundial e a ainda elevada incerteza – que trava os investimentos por parte dos empresários – resta apenas o consumo como motor para uma recuperação mais robusta. E famílias com pouca renda, causada pelo desemprego ou com renda inconstante e irregular, como ocorre em grande parte das ocupações informais, consomem menos.

Ainda assim, há sinais mais animadores para o final deste ano, em que a economia está sendo impulsionada pelo aumento do crédito de origem privada, por juros mais baixos, pela retomada do setor de construção civil e, ainda que pontualmente, pela liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), corroborando o cenário que temos traçado desde o início do ano neste espaço, de otimismo moderado com a economia brasileira, mesmo em um contexto global mais desafiador.

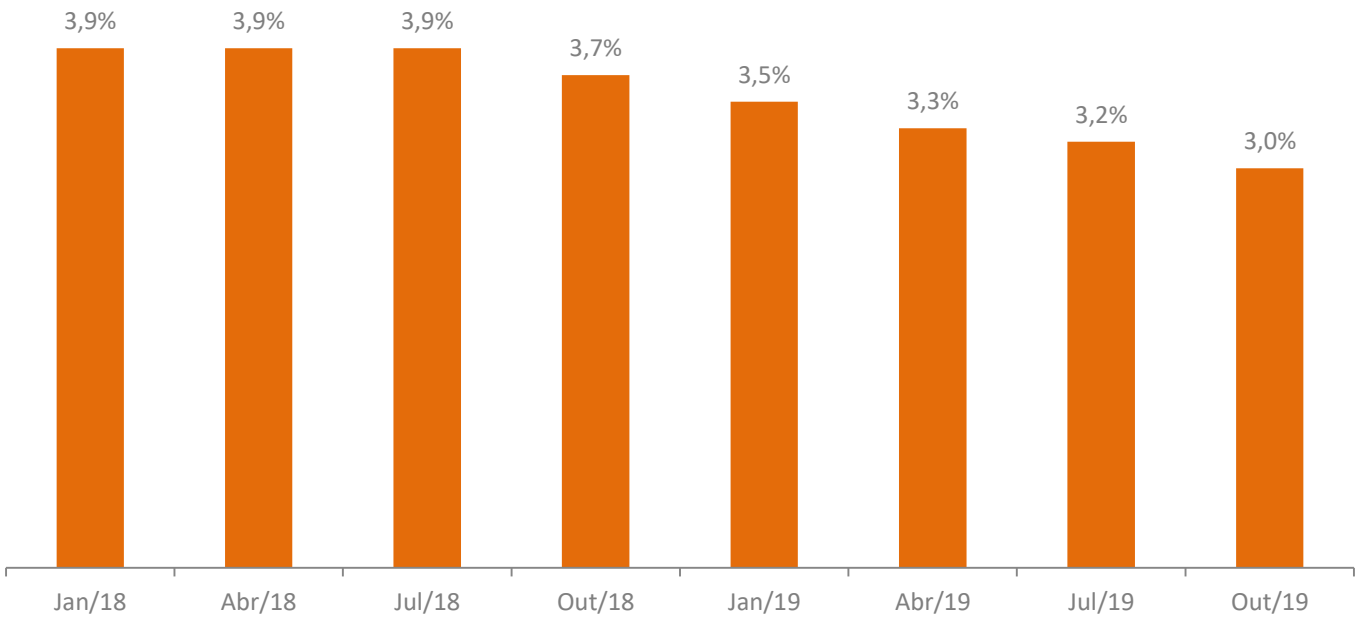
O cenário global vem sofrendo deterioração considerável desde o começo do segundo semestre. A desaceleração da economia mundial está consolidada nos indicadores de atividade de diversos países. Nos EUA, após um longo período de sinais mistos, os indicadores mais recentes mostram que a disputa comercial entre o país e a China e o fim dos efeitos do impulso fiscal diminuíram o ritmo de crescimento da maior economia do mundo da casa dos 3% para algo um pouco abaixo de 2% no final deste ano. A inversão da curva de juros no país, muito comentada nos últimos meses por ser um forte antecedente de recessão, pode estar indicando, na verdade, que os juros básicos (de curto prazo) estão mal precificados. Como a inflação permanece baixa, faz sentido conjecturar que os *Fed-Funds* deveriam estar mais baixos, e é essa correção que parece nortear a política monetária norte-americana no atual ciclo de cortes da taxa básica de juros. Dada essa posição do Federal Reserve e o próprio calendário político (com eleições presidenciais no ano que vem), as chances de que a atual desaceleração degenere para uma recessão são menores.

Enquanto isso, na China, os dados do PIB do terceiro trimestre evidenciam a desaceleração da segunda maior economia do mundo. O PIB do país registrou avanço de 6% na comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo o piso da meta do governo chinês para 2019. Trata-se do ritmo mais fraco em quase trinta anos, resultado principalmente dos impactos da guerra comercial com os EUA sobre a produção industrial do gigante asiático. No segundo trimestre, o crescimento havia sido de 6,2%, pela mesma métrica.

Na Europa, onde a desaceleração é uma realidade já consolidada, o grande desafio é saber como os governos estimularão suas economias, dado o diminuto espaço para estímulos monetários adicionais. A alternativa que vem sendo aventada – não sem muita polêmica e debate – é a expansão fiscal financiada com emissões monetárias, como se fosse um *QE* (afrouxamento quantitativo) em que, em vez de comprar títulos, as autoridades ampliam o gasto público.

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL PARA 2019

Projeções compiladas nos relatórios *World Economic Outlook - WEO*



Fonte: Fundo Monetário Internacional

Como se vê, com a desaceleração nas duas maiores economias do mundo, o Fundo Monetário Internacional (além de diversas outras instituições multilaterais como a OCDE e a Organização Mundial do Trabalho) tem reduzido sistematicamente suas projeções de crescimento para este ano. Essa redução nas projeções de crescimento está também associada à elevada incerteza que paira sobre a economia mundial, que reflete, em grande parte, tensões geopolíticas de difícil solução, como a própria guerra comercial e tecnológica entre os EUA e a China, a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), os protestos em Hong Kong, o recrudescimento das tensões no Oriente Médio e as turbulências políticas na América do Sul.

Como comentamos na última edição desta publicação, nosso continente apresenta novos focos de instabilidade que podem, como acontece frequentemente com países emergentes, respingar na economia brasileira e, portanto, merecem atenção. No último mês, esse quadro se intensificou. Citamos o caso da Argentina, que passa por uma crise econômica que custou, além de alguns pontos na taxa de crescimento brasileira, a presidência de Maurício Macri, derrotado no final do mês passado na urnas pelo peronista Alberto Fernández, que tem como companheira de chapa a ex-presidente Cristina Kirchner. Os primeiros sinais, porém, são mais positivos do que se esperava na época das eleições primárias, quando a reação dos mercados foi extremamente negativa. Em primeiro lugar, a vitória foi contundente, mas não forte o suficiente para tornar Macri e a oposição irrelevantes. Além disso, diferentemente de outras transições presidenciais no país, desta vez os dois rivais se declararam dispostos a trabalhar juntos, e já há encontros programados entre eles para uma transição mais tranquila antes da posse de Fernández, em dezembro. Ambos parecem cientes de que a situação econômica da Argentina é crítica.

À complicada situação política em que se envolveu o Peru, onde a Presidência e o Congresso se enfrentam, e aos fortes protestos desencadeados pelo aumento no preço dos combustíveis no Equador, somaram-se as ondas violentas de protestos no Chile, país visto por muitos analistas como modelo econômico na região e a instabilidade na Bolívia, onde, acusado de vencer eleições fraudadas, Evo Morales renunciou à presidência da país depois de quase 14 anos no cargo.

De volta ao Brasil, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), apresentou crescimento de 0,3% em setembro em relação a agosto na série livre de efeitos sazonais, segunda variação positiva consecutiva do indicador. Na comparação com setembro do ano passado, houve alta de 1,1%. Por outro lado, a indústria acumula quedas de 1,4% no acumulado do ano e no acumulado de 12 meses. Já a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) de setembro também trouxe dados positivos, reforçando a percepção de que o PIB do terceiro trimestre pode ser melhor que o esperado. O setor de serviços cresceu 1,2% em setembro em relação ao mês de agosto na série com ajuste sazonal, apresentando crescimento em quatro das cinco atividades pesquisadas, com destaque para serviços prestados às famílias (0,8%) e outros serviços (0,5%) que recuperaram parcialmente as perdas apresentadas em agosto; a exceção foram os serviços de informação e comunicação que caíram (-1,0%). Em comparação com setembro de 2018, sem o ajuste sazonal, o crescimento é de 1,4%.

Enquanto isso, a inflação permanece baixa. Após um resultado negativo para o mês de setembro (-0,04%), o IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apresentou variação positiva de 0,10% em outubro. No acumulado do ano, o índice fica em 2,60% e, no acumulado dos últimos 12 meses, em 2,54%, resultado abaixo do piso da meta de inflação estipulado pelo CMN, que é de 2,75%. Dos grupos pesquisados, três apresentaram deflação: Habitação, Comunicação e Artigos de Residência. As principais altas foram: Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais e Transportes. A consolidação de um cenário de inflação abaixo da meta (apesar da recente desvalorização do real), a alta capacidade ociosa da economia, as expectativas inflacionárias abaixo da meta e o desfecho da reforma da Previdência no Congresso permitem que a autoridade monetária continue a reduzir a taxa Selic, como foi sinalizado na ata da última reunião do Copom, pavimentando o caminho para que os juros básicos cheguem a 4,5% no final do ano.

Continuamos a acreditar que o Brasil, se conseguir caminhar em uma agenda consistente de reformas e práticas amigáveis ao mercado – como sinalizam medidas bem recebidas como o envio pelo governo de três PECs tratando de política fiscal ao Congresso, sinalizando seriedade na consolidação fiscal – pode se tornar relativamente atrativo, impulsionando a recuperação da economia no final deste ano e ganhando mais tração no ano que vem, como, aliás, indicam as projeções que analisaremos na próxima seção.

Mantemos, assim, nosso cenário básico: a despeito das turbulências de curto prazo e dos grandes desafios, a maior liquidez global causada pela redução generalizada dos juros ao redor do mundo (associada ao fundamental controle das contas públicas nacionais) pode representar uma janela de oportunidade para que o País experimente, pela primeira vez em sua história econômica, taxas de inflação e de juros reais estruturalmente mais baixas, estimulando o crescimento da economia de maneira sustentada. Os dados mais recentes e antecedentes parecem corroborar essa visão.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 11/11/2019)

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				08/11/19	01/11/19	11/10/19	09/08/19	04/01/19
4	PIB	0,74%	0,96%	0,92%	0,92%	0,87%	0,81%	2,53%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,35%	-1,34%	-0,70%	-0,73%	-0,65%	0,19%	3,04%
4	PIB Indústria	-0,40%	-0,12%	0,22%	0,30%	0,29%	0,51%	2,80%
4	PIB de Serviços	1,17%	1,17%	1,21%	1,21%	1,21%	1,32%	2,20%
4	PIB Agropecuário	0,13%	1,06%	0,74%	0,74%	0,79%	0,90%	2,57%
1	IPCA	2,60%	2,54%	3,31%	3,29%	3,28%	3,76%	4,01%
1	IGP-M	4,81%	3,17%	5,50%	5,53%	5,21%	6,61%	4,30%
1	SELIC	5,38%	5,38%	4,50%	4,50%	4,75%	5,00%	7,00%
1	Câmbio	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	3,75	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,34%	55,34%	56,00%	56,20%	56,05%	56,10%	56,70%
2	Conta-Corrente (em US$ bi)	-33,80	-37,18	-34,70	-34,40	-27,50	-22,00	-26,00
2	Balança Comercial (em US$ bi)	28,81	43,71	47,00	47,50	50,43	52,00	52,00
2	Investimento Direto no País (em US$ bi)	47,52	70,38	80,00	80,00	81,85	85,00	79,50
1	Preços Administrados	4,17%	2,21%	4,70%	4,69%	4,30%	4,92%	4,79%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 11/11/2019
Notas: 1- dados até outubro/19 ; 2- dados até setembro/19; 3- dados até agosto/19; 4- dados até junho/19
*Vide nota de referência de período.

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				08/11/19	01/11/19	11/10/19	09/08/19	04/01/19
4	PIB	0,74%	0,96%	2,08%	2,00%	2,00%	2,10%	2,50%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,35%	-1,34%	2,16%	2,06%	2,29%	2,75%	3,00%
4	PIB Indústria	-0,40%	-0,12%	2,23%	2,19%	2,18%	2,70%	3,08%
4	PIB de Serviços	1,17%	1,17%	2,10%	2,10%	2,10%	2,20%	2,55%
4	PIB Agropecuário	0,13%	1,06%	3,00%	3,00%	2,70%	2,70%	3,00%
1	IPCA	2,60%	2,54%	3,60%	3,60%	3,73%	3,90%	4,00%
1	IGP-M	4,81%	3,17%	4,07%	4,07%	4,02%	4,09%	4,00%
1	SELIC	5,38%	5,38%	4,50%	4,50%	4,75%	5,50%	8,00%
1	Câmbio	4,00	4,00	4,00	4,00	3,95	3,80	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,34%	55,34%	58,30%	58,15%	58,40%	58,63%	58,65%
2	Conta-Corrente (em US$ bi)	-33,80	-37,18	-37,75	-38,00	-33,00	-32,50	-38,00
2	Balança Comercial (em US$ bi)	28,81	43,71	42,95	43,00	47,00	47,60	47,25
2	Investimento Direto no País (em US$ bi)	47,52	70,38	80,00	80,00	83,20	85,28	84,44
1	Preços Administrados	4,17%	2,21%	4,10%	4,10%	4,10%	4,40%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 11/11/2019
Notas: 1- dados até outubro/19 ; 2- dados até setembro/19; 3- dados até agosto/19; 4- dados até junho/19
*Vide nota de referência de período.

O principal movimento contido nas projeções dos analistas consultados no relatório Focus, do Banco Central, refere-se à expectativa de crescimento da economia, que se alterarou positivamente no último mês, indicando que a onda de revisões pessimistas que marcou a economia brasileira em 2019 chegou a um fim: para este ano, a projeção mediana cresceu de 0,87% para 0,92%. Para o ano que vem, foi elevada de 2,00% para 2,08%.

Ao mesmo tempo, a projeção para a inflação medida pelo IPCA este ano, depois de várias semanas caindo, apresentou leve aumento, passando de 3,28% para 3,31%. Para 2020, por outro lado, as reduções continuaram, nas últimas quatro semanas passou de 3,73% para 3,20%. Ambas as projeções estão abaixo do centro da meta de inflação estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 4,25% e 4,00%, respectivamente.

Já as projeções para a taxa de câmbio seguem o comportamento que costumamos destacar em nossas análises – de se ajustarem mais lentamente que a projeção para outras variáveis. Para o final deste ano, a projeção de que a cotação R$/US$ esteja em 4,00 foi mantida. Para o final do ano que vem, entretanto, o ajuste na direção de um câmbio mais depreciado continuou, indo de R$/US$ 3,95 para os mesmos R$/US$ 4,00 da projeção para este ano.

Reagindo às mensagens contidas no comunicado e nas projeções divulgadas logo após a última decisão de juros e na ata da reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, a mediana da projeção para a Selic ao final deste ano foi reduzida de 4,75% para 4,50% no último mês, indicando que os agentes esperam mais uma redução de 50 pontos-base na taxa básica de juros na última reunião do ano, em dezembro. Para o ano que vem, a projeção para a taxa básica de juros caiu também de 4,75% para 4,50% no mesmo período, reforçando a percepção de que o mercado não espera que o Banco Central vá elevar os juros em 2020.

Esse cenário de projeções de crescimento em alta, com expectativas de inflação e juros cada vez mais baixos é coerente com um cenário em que a economia ainda precisa crescer consideravelmente antes que se feche o chamado "hiato" do produto, ou seja, que se anule a diferença entre o PIB efetivo o PIB potencial, aquele acima do qual desequilíbrios macroeconômicos – como aumento indesejado da inflação – começam a se manifestar com intensidade.

Será importante observar, nas próximas semanas, os efeitos de acontecimentos políticos recentes internos e externos sobre as expectativas do mercado financeiro. O "repique" que o dólar sofreu nesta semana é uma demonstração disso.

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

O setor segurador (sem Saúde Suplementar) registrou, em setembro, um volume de R$ 21,9 bilhões em prêmio direto de seguro, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, montante 17,4% superior ao do ano anterior. Quando se exclui da conta os prêmios do seguro DPVAT[1], que sofreu redução tarifária em observância à regulação, o crescimento sobe para 18,6%. Em relação ao acumulado no ano, o montante arrecadado foi de R$ 196,6 bilhões (sem Saúde e sem DPVAT), representando um crescimento de 12,3% em relação ao mesmo período de 2018. Esse é o melhor resultado para o setor desde 2015, quando a taxa de crescimento nos nove primeiros meses do ano era de 12,7% em relação a 2014.

De uma forma geral, os segmentos têm mostrado um melhor desempenho em relação aos anos anteriores, quando comparamos os valores de arrecadação acumulada até o mês de setembro, conforme citado no editorial desta Conjuntura. O segmento que tem mostrado uma recuperação forte é o dos Planos de Acumulação em Cobertura de Pessoas, que saiu de uma taxa negativa de 8,7% na comparação entre o acumulado até setembro de 2018 e de 2017 para um crescimento de 16,8% entre 2019 e 2018. Na sequência, Capitalização, que saltou de um crescimento de 2,6% no acumulado em 2018 comparado com 2017 para 12,1% na comparação entre 2019 e 2018. Já o segmento de Danos e Responsabilidades (sem DPVAT) tem apresentado uma desaceleração, saindo de 8,7% entre 2018 e 2017 para 5,3% na comparação entre 2019 e 2018 . Esse cenário mostra uma mudança no comportamento da demanda do setor segurador brasileiro, onde "pensar em seguros" estava muito mais relacionado à proteção de bens tangíveis e, hoje, o cenário evidencia tendência de procura por proteção de longo prazo.

Com a recente divulgação dos dados de Saúde Suplementar para o 2º trimestre de 2019, é possível montar um panorama completo do setor para o 1º semestre do ano. Com um total de R$ 230,9 bilhões em arrecadação nos seis primeiros meses de 2019 (R$ 229,6 bilhões, desconsiderando-se os prêmios do DPVAT), o setor segurador apresentou um crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (7,9%, sem DPVAT). Esse resultado é 2,2 p.p. superior ao daquele observado em 2018 e o melhor desde 2016, quando o crescimento foi de 8,8% em relação a 2015.

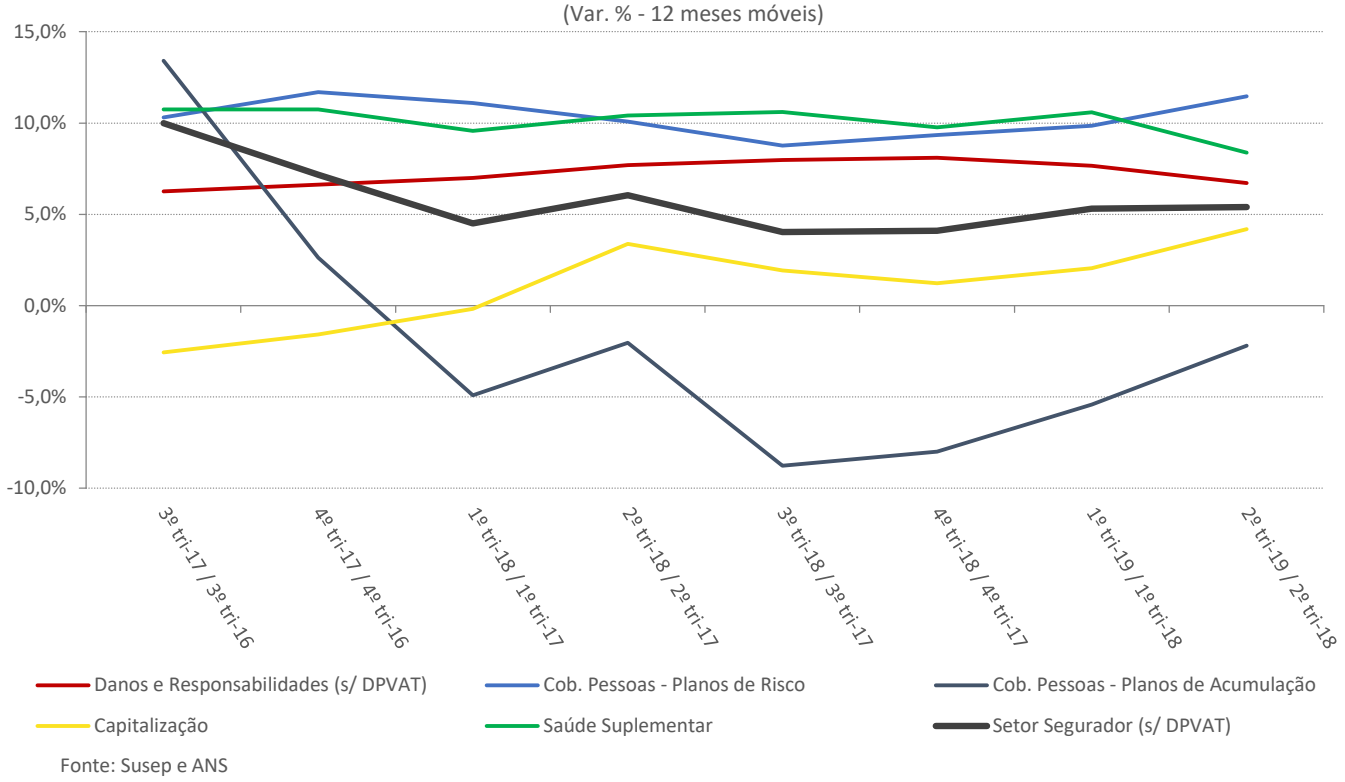
Ao analisar as taxas anualizadas, ou seja, comparando-se o montante acumulado em 4 trimestres no ano com o mesmo período do ano anterior, explicita-se a tendência evolutiva do setor e dos seus segmentos. O gráfico da página seguinte, com dados até o 2º trimestre de 2019, ratifica o viés ascendente dos segmentos de Coberturas de Pessoas e Capitalização e evidencia uma leve estagnação dos seguros de Danos e Responsabilidade e da Saúde Suplementar.

Na análise por segmentos, os seguros de Danos e Responsabilidades arrecadaram R$ 5,8 bilhões em setembro, representando um crescimento de 3,9%, em comparação com o mesmo mês de 2018. O desempenho do produto automóvel, que vem se deteriorando ao longo do ano, apresentou uma melhora marginal em setembro. Em agosto, a variação da arrecadação contra o mesmo mês do ano passado havia sido de -4,0%. No entanto, em setembro, a mesma taxa foi de 6,2%. Com isso, o acumulado do ano voltou a um terreno levemente positivo (0,2%). Como já destacado em edições anteriores desta Conjuntura, o produto Auto Popular continua se destacando, com uma taxa de crescimento de 52,6% em setembro, em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

[1] Segundo a Resolução CNSP nº 371/2018, o seguro DPVAT teve reduções entre 56% e 79% no prêmio tarifário para o exercício de 2019 em todas as categorias (com exceção à categoria "motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares").

EVOLUÇÃO DO SETOR SEGURADOR

(Var. % - 12 meses móveis)



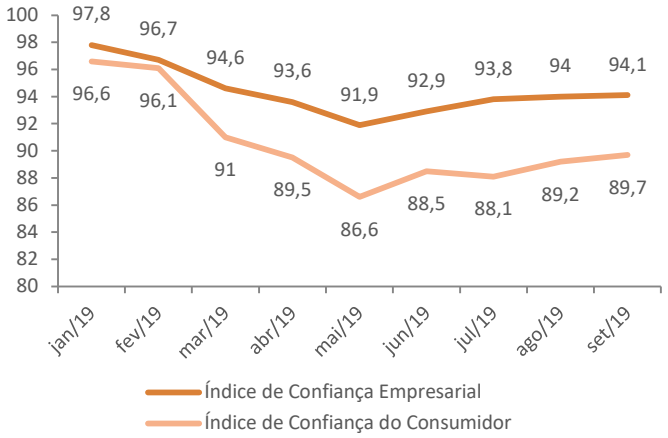
Fonte: Susep e ANS

Seguindo a análise do segmento Danos e Responsabilidades, o grupo Patrimonial arrecadou, em setembro, R$ 1,1 bilhão em prêmios diretos, com um crescimento de 13,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior – destacam-se dentro desse grupo os Riscos de Engenharia que cresceram 58,8%. Já o grupo Crédito e Garantia apresentou um comportamento atípico, com uma queda de 66,7% na arrecadação do mês de setembro, devido a cancelamentos pontuais de apólices, totalizando uma arrecadação de R$ 125,0 milhões. No entanto, devido ao histórico positivo desses produtos ao longo de 2019, no acumulado até setembro, esse grupo cresceu 8,2% em relação ao mesmo período de 2018, totalizando R$ 3,4 bilhões em prêmios diretos.

O Garantia Estendida avançou 15,7% no mês em relação a 2018, com um total de prêmio direto de R$ 276,2 milhões. Com a aproximação do final de ano, em que há um aumento de renda em razão do 13º salário, a perspectiva para o segmento continua a ser positiva, pois a população brasileira tende a comprar mais bens duráveis, aumentando também a demanda pela proteção oferecida por esse seguro. No ano, o produto acumula um crescimento de 7,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e já pagou R$ 269,6 milhões em sinistros – montante 8,6% superior ao observado no mesmo período de 2018.

Entretanto, para os analistas econômicos, ainda há uma movimento de cautela em relação ao comércio. Os Indicadores de Confiança, divulgados pelo IBRE-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), são bons termômetros de tendência relacionada ao consumo por parte da população. Esses indicadores buscam captar os sentimentos do público-alvo em relação à economia, sinalizando expectativas positivas ou negativas, conforme a percepção da situação econômica no País. O consumidor apresenta uma tendência a consumir mais quando está "satisfeito". Já em relação ao empresário, o índice traduz a sua propensão a investir mais dado o aumento da demanda pelo consumidor. O ideal é que esse tipo de índice se mantenha acima dos 100 pontos. De acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto, percebe-se uma trajetória positiva nos dois índices, porém, com uma recuperação discreta.

CONFIANÇA EMPRESARIAL E DO CONSUMIDOR
(com ajuste sazonal)



Fonte: IBRE-FGV

O Índice de Confiança dos Consumidores (ICC) fechou o mês de setembro com 89,7 pontos e o Índice de Confiança Empresarial (ICE) alcançou 94,1 pontos, abaixo da linha de 100 pontos (gráfico acima). Os discretos aumentos refletem, de um lado, as perspectivas positivas para o aumento do consumo devido a iniciativas do governo federal, como a liberação dos recursos do FGTS, mas, em contraponto, ainda há um reflexo negativo da lenta recuperação do mercado de trabalho.

Ainda em Danos e Responsabilidades, o grupo de Responsabilidade Civil apresentou crescimento de 13,2% em setembro, comparado com o mesmo mês do ano anterior, e vale destacar o crescimento de 55,9% no seguro Responsabilidade Civil D&O. O seguro Rural ainda colhe os frutos do Plano Safra 2019/2020 e cresceu 19,6% em setembro, em comparação com o ano anterior. O grupo Marítimos e Aeronáuticos apresentou uma leve queda, com um decréscimo de 0,4% no mês, em relação ao ano anterior, mas no acumulado até setembro sustenta um crescimento robusto de 25,6% (R$ 681,0 milhões).

Em Coberturas de Pessoas – Planos de Risco, na segregação por tipo de comercialização, os produtos coletivos registraram um crescimento, na comparação de setembro deste ano em relação ao mesmo mês do ano anterior, de 12,1%, e os produtos individuais têm mantido crescimento próximo dos 30% desde abril de 2019. O referido grupo de planos fechou os três primeiros trimestres do ano com variação de 15,7% em relação ao mesmo período de 2018, indicando um ritmo de crescimento maior em relação ao observado nos nove primeiros meses do ano passado (9,5%).

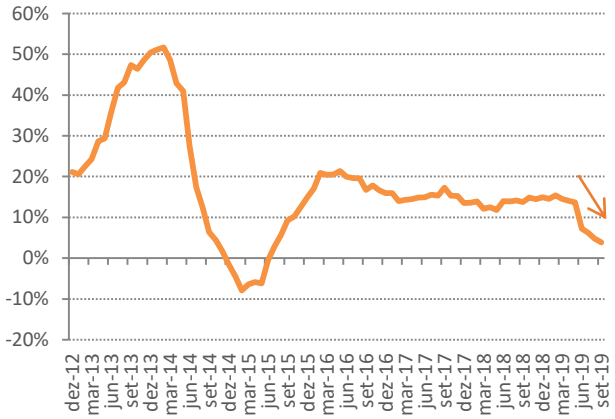
Na segregação por tipo de cobertura, em setembro, o seguro de Vida (o mais expressivo da carteira de Planos de Risco) registrou crescimento de 19,9% em relação a setembro de 2018. O segundo produto de maior densidade, o Prestamista, teve variação equivalente no mês: 19,3%, impulsionado pelo aumento de 24,1% das concessões de crédito[2] pessoa física e jurídica no mesmo período, conforme dados do Banco Central.

Os Planos de Acumulação em Coberturas de Pessoas, depois de um início de ano com quedas consecutivas, acumula uma arrecadação de R$ 89,2 bilhões até setembro, representando um crescimento de 16,9% em relação ao mesmo período de 2018. A Família VGBL, grande responsável pelos resultados supracitados, vem apresentando taxas robustas de crescimento desde maio de 2019. Em setembro, o conjunto de produtos apresentou crescimento 35,0% superior ao mesmo mês do ano anterior, fazendo com que o seu avanço em 2019, considerando os nove primeiros meses do ano, fosse de 18,0% em relação ao mesmo período de 2018, acumulando um montante de R$ 82,7 bilhões em arrecadação.

Pela ótica dos pagamentos, é possível observar que o total de resgates em VGBL vem crescendo a taxas inferiores às da arrecadação - também desde maio de 2019, avançando apenas 1,6% na comparação entre setembro de 2019 e de 2018. Analisando as taxas anualizadas, ou seja, na comparação em 12 meses móveis, fica clara a tendência de queda nos montantes pagos em resgates, evidenciando a intenção do segurado em manter o seu fundo previdenciário dentro de um plano da Família VGBL e retomando comportamento observado em meados de 2015.

[2] Recursos livres.

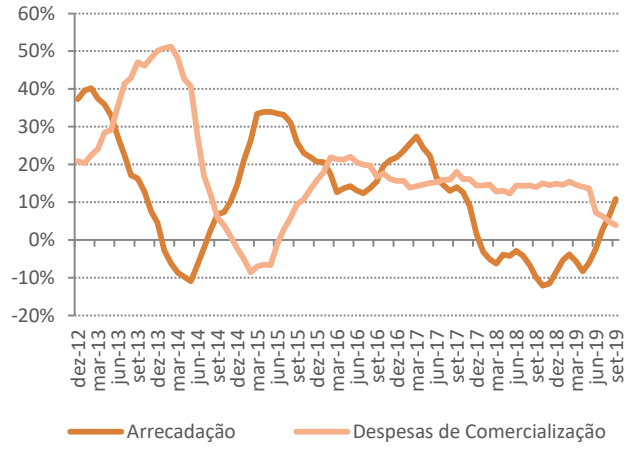
RESGATES - FAMÍLIA VGBL
(Var. % - 12 meses móveis)



Fonte: Susep

As Despesas de Comercialização dos produtos da Família VGBL apresentaram fraco crescimento de 1,6% na comparação entre setembro de 2019 e de 2018. Tal resultado não pode ser encarado como um resultado negativo para esse grupo uma vez que a relação entre essas despesas e a arrecadação é praticamente inversa. O gráfico abaixo, com as taxas anualizadas das duas variáveis, explicita a referida relação.

ARRECADAÇÃO E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO - FAMÍLIA VGBL
(Var. % - 12 meses móveis)



Fonte: Susep

O segmento de Capitalização apresentou, em setembro de 2019, um crescimento 18,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior, mantendo positivas todas as taxas mensais interanuais observadas em 2019 - com mínima anual de 2,6%, observada entre agosto de 2019 e 2018. Até setembro de 2019, o segmento faturou R$ 17,4 bilhões, avançando 12,1% em relação ao mesmo período de 2018.

Os resgates e sorteios em Capitalização, no acumulado em 2019, somaram R$ 14,2 bilhões, com crescimento observado de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O segmento pagou, em 2019, em média, R$ 4,3 milhões por dia útil em prêmios de sorteios, montante 1,5% superior ao pago no mesmo período do ano passado. Com isso, no ano, a captação líquida do segmento, ou seja, volume arrecadado subtraído dos pagamentos com sorteios e resgates, foi 74,7% maior que o montante observado no mesmo período de 2018.

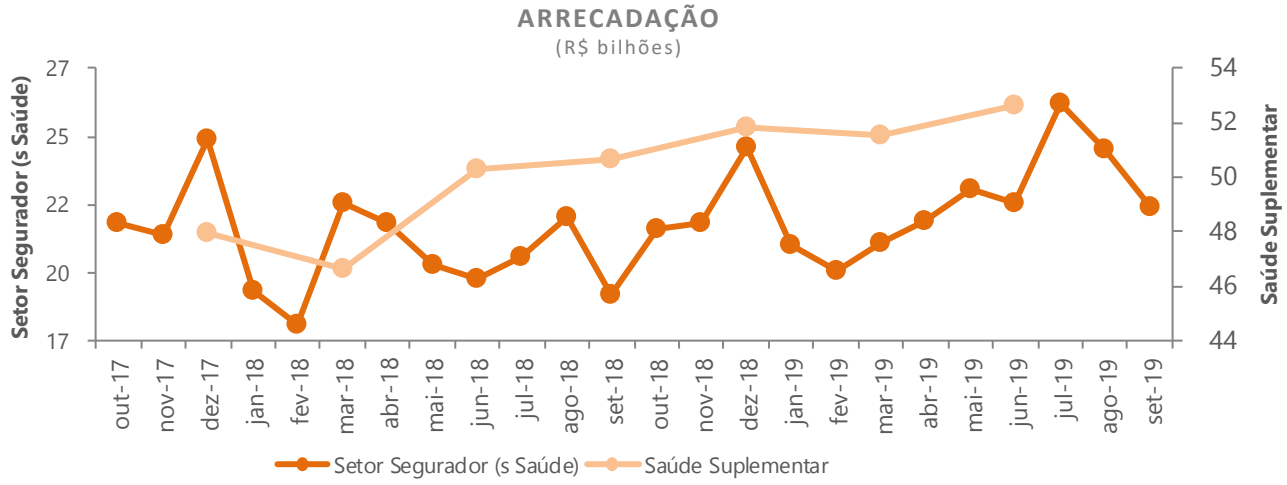
Conforme mencionado, a ANS divulgou, no último mês, os dados contábeis referentes ao 2º trimestre de 2019 para o segmento de Saúde Suplementar. O segmento apresentou crescimento na arrecadação (contraprestações líquidas) de 4,7%, na comparação entre os 2ºs trimestres de 2019 e de 2018, representando um montante de R$ 52,7 bilhões. A referida taxa é a segunda mais baixa da série histórica. Esse fato não se altera em termos de poder de compra constante (ajustado pelo IPCA), com a variação real sendo de 2,0%, também a segunda mais baixa da série histórica. Este cenário pode ser consequência das mudanças na metodologia de reajuste dos planos individuais e familiares, promovidas pela ANS para 2019, que autorizou um reajuste de 7,35% para o período de 2019/2020 – menor taxa desde 2010.

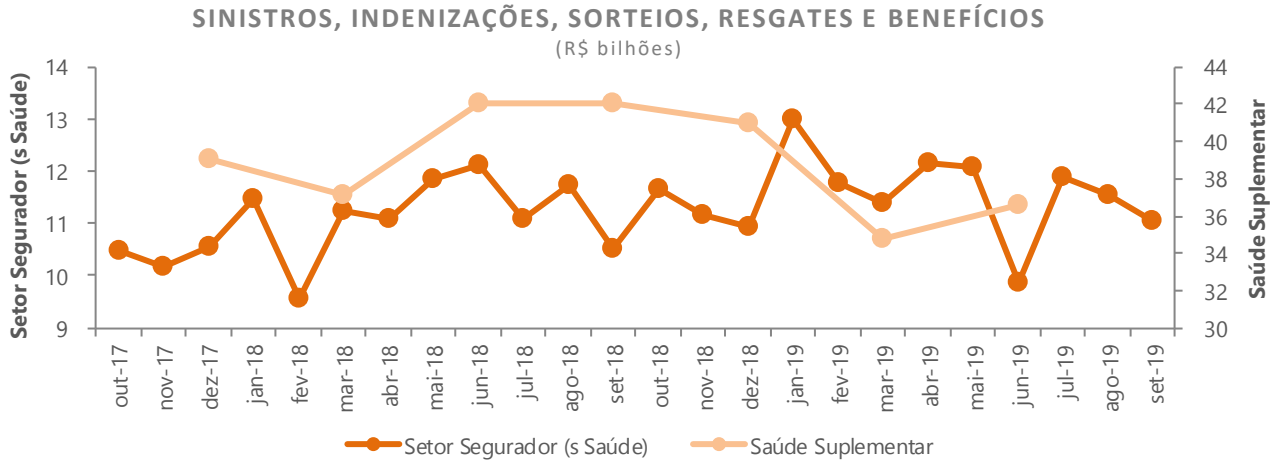
Analisando os dados segregados em médico-hospitalar e odontológico, o resultado é diferente. Ainda na comparação entre os 2ºs trimestres de 2019 e de 2018, a modalidade odontológico apresentou crescimento de 10,7%, com uma arrecadação de R$ 1,3 bilhão, e a modalidade médico-hospitalar 4,5%, com R$ 51,4 bilhões.

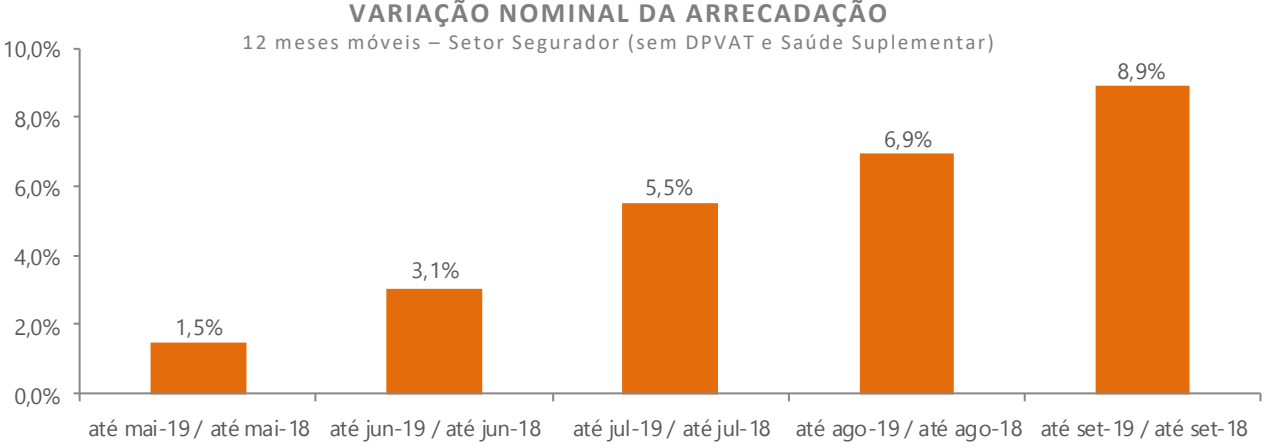
No 1º semestre de 2019, o segmento como um todo acumula R$ 104,2 bilhões em arrecadação, montante 7,5% superior daquele observado no ano anterior.

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 30/10/19)







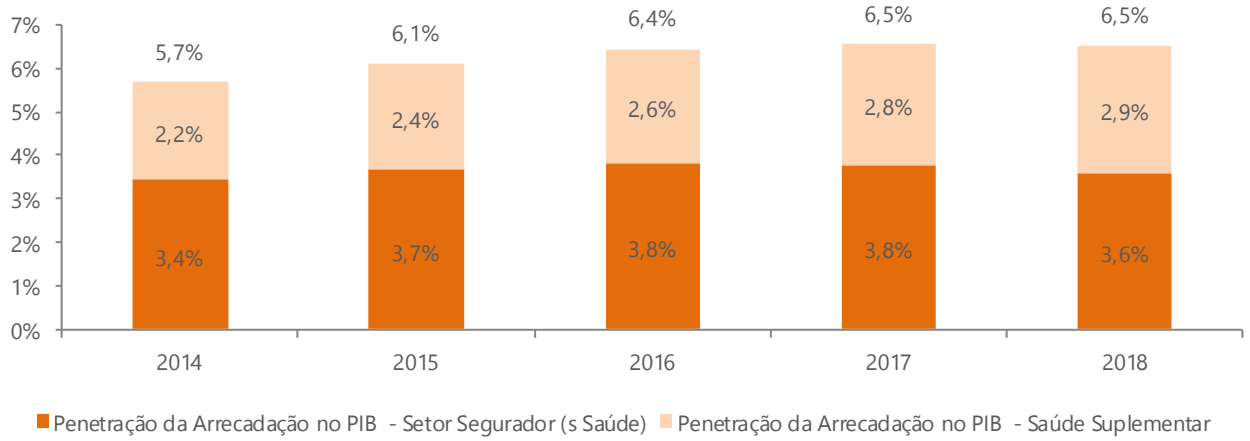
Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação
(em milhões R$)

	Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até setembro		Variação %	setembro	setembro	Variação %
		2018	2019		2018	2019	
1	**Danos e Responsabilidades (s DPVAT)**	**52.201,87**	**54.957,99**	**5,28%**	**5.610,08**	**5.831,61**	**3,95%**
1.1	**Automóvel**	**26.665,51**	**26.719,26**	**0,20%**	**2.759,60**	**2.930,84**	**6,21%**
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	441,10	464,53	5,31%	46,71	50,38	7,85%
1.1.2	Casco	18.454,98	18.011,71	-2,40%	1.923,29	1.945,72	1,17%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	5.862,17	5.831,95	-0,52%	595,95	638,53	7,14%
1.1.4	Outros	1.907,26	2.411,07	26,42%	193,64	296,22	52,97%
1.3	**Patrimonial**	**8.817,85**	**9.951,72**	**12,86%**	**931,26**	**1.057,18**	**13,52%**
1.3.1	Massificados	6.619,10	7.359,99	11,19%	742,31	880,68	18,64%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	2.234,44	2.361,82	5,70%	235,68	268,48	13,92%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	335,58	344,37	2,62%	35,27	38,37	8,80%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	1.775,99	1.919,56	8,08%	199,40	206,05	3,33%
1.3.1.4	Outros	2.273,09	2.734,24	20,29%	271,96	367,78	35,24%
1.3.2	Grandes Riscos	1.955,12	2.204,90	12,78%	161,74	133,27	-17,60%
1.3.3	Risco de Engenharia	243,63	386,83	58,78%	27,22	43,24	58,84%
1.4	**Habitacional**	**2.994,85**	**3.109,27**	**3,82%**	**322,83**	**351,67**	**8,93%**
1.5	**Transportes**	**2.268,80**	**2.448,40**	**7,92%**	**262,89**	**269,12**	**2,37%**
1.5.1	Embarcador Nacional	678,26	711,14	4,85%	68,47	65,30	-4,63%
1.5.2	Embarcador Internacional	372,84	400,20	7,34%	48,30	51,28	6,16%
1.5.3	Transportador	1.217,71	1.337,05	9,80%	146,11	152,54	4,40%
1.6	**Crédito e Garantia**	**3.145,49**	**3.404,84**	**8,25%**	**375,60**	**124,99**	**-66,72%**
1.7	**Garantia Estendida**	**2.240,43**	**2.407,21**	**7,44%**	**238,72**	**276,15**	**15,68%**
1.8	**Responsabilidade Civil**	**1.270,67**	**1.481,67**	**16,61%**	**145,87**	**165,11**	**13,19%**
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	286,95	366,18	27,61%	34,67	54,06	55,93%
1.8.2	Outros	983,72	1.115,49	13,40%	111,20	111,05	-0,14%
1.9	**Rural**	**3.458,32**	**3.947,78**	**14,15%**	**429,77**	**513,87**	**19,57%**
1.10	**Marítimos e Aeronáuticos**	**542,62**	**681,77**	**25,65%**	**81,10**	**80,80**	**-0,38%**
1.10.1	Marítimos	250,76	292,41	16,61%	17,28	15,53	-10,14%
1.10.2	Aeronáuticos	291,85	389,36	33,41%	63,82	65,27	2,26%
1.11	**Outros**	**797,33**	**806,06**	**1,09%**	**62,44**	**61,87**	**-0,91%**
2	**Coberturas de Pessoas**	**107.337,86**	**124.186,19**	**15,70%**	**11.135,82**	**14.035,99**	**26,04%**
2.1	**Planos de Risco**	**27.882,13**	**32.246,84**	**15,65%**	**3.076,85**	**3.573,76**	**16,15%**
2.1.1	Vida	10.948,12	13.067,88	19,36%	1.193,74	1.516,89	27,07%
2.1.2	Prestamista	8.341,40	10.327,19	23,81%	947,65	1.158,38	22,24%
2.1.3	Viagem	376,26	446,58	18,69%	41,31	44,14	6,84%
2.1.4	Outros	8.216,35	8.405,20	2,30%	894,14	854,36	-4,45%
2.2	**Planos de Acumulação**	**76.313,78**	**89.244,38**	**16,94%**	**7.695,28**	**10.181,79**	**32,31%**
2.2.1	Família VGBL	70.068,71	82.670,34	17,98%	7.017,94	9.475,27	35,01%
2.2.2	Família PGBL	6.245,07	6.574,04	5,27%	677,34	706,52	4,31%
2.3	**Planos Tradicionais**	**3.141,94**	**2.694,97**	**-14,23%**	**363,70**	**280,44**	**-22,89%**
3	**Capitalização**	**15.558,37**	**17.439,56**	**12,09%**	**1.639,85**	**1.937,43**	**18,15%**
=1+2+3	**Setor Segurador (s DPVAT)**	**175.098,10**	**196.583,74**	**12,27%**	**18.385,75**	**21.805,03**	**18,60%**
4	**DPVAT**	**3.968,39**	**1.825,44**	**-54,00%**	**285,70**	**124,24**	**-56,51%**
=1+2+3+4	**Setor Segurador**	**179.066,49**	**198.409,18**	**10,80%**	**18.671,45**	**21.929,28**	**17,45%**

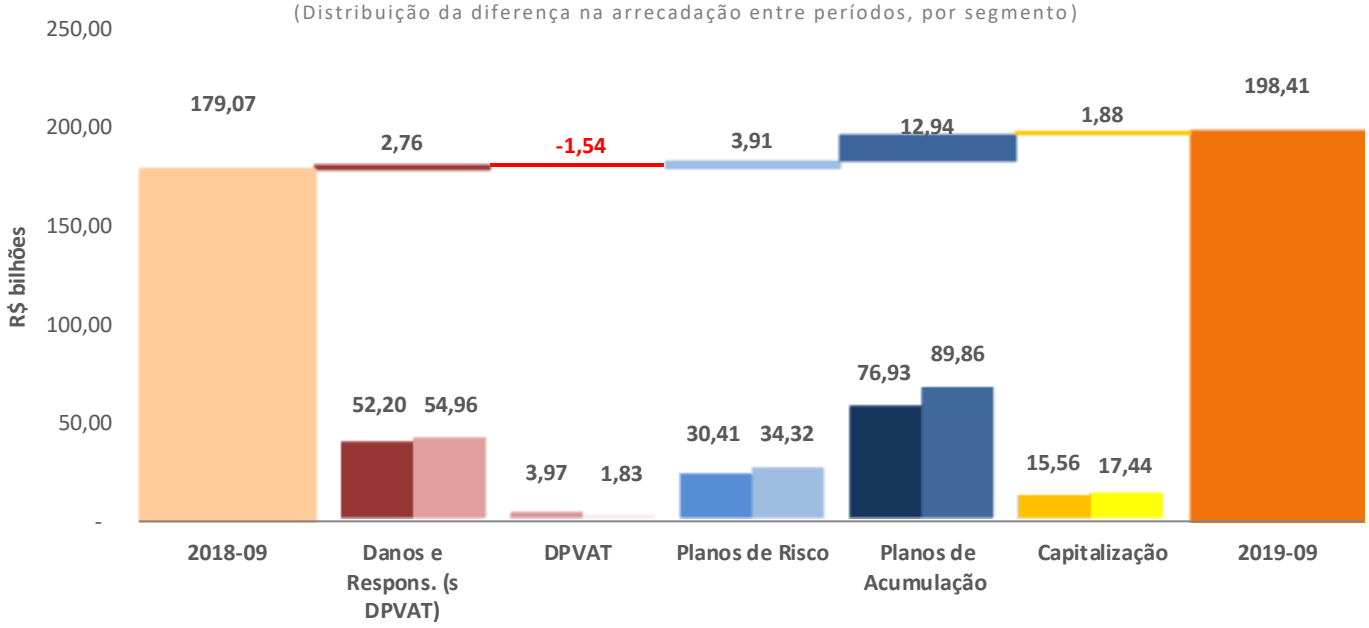
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB



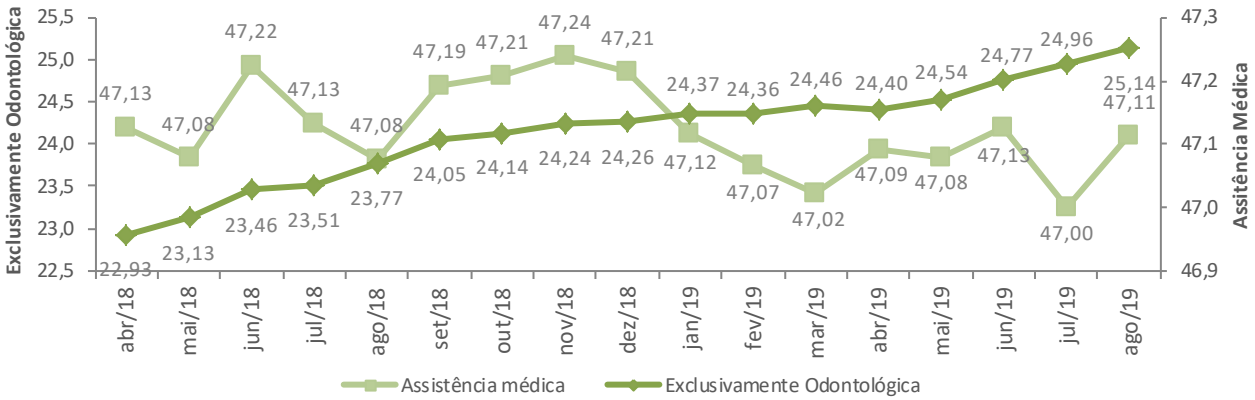
DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

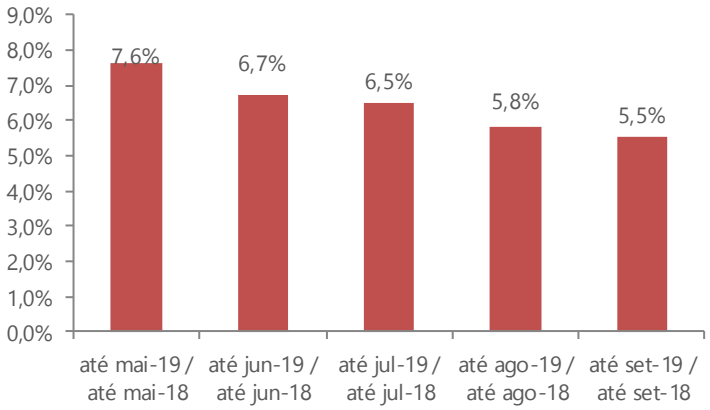
(em milhões de usuários)



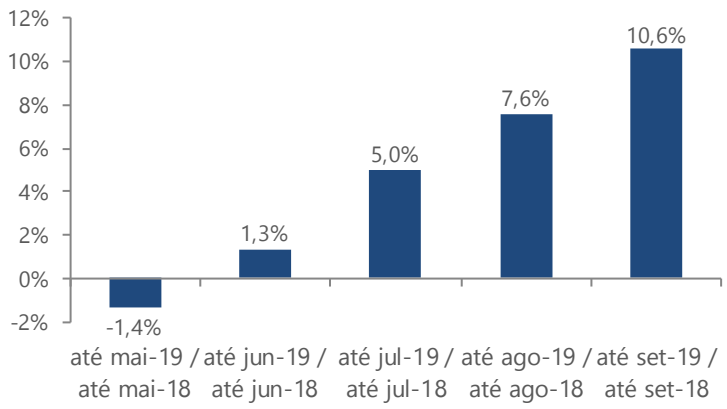
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO
12 MESES MÓVEIS

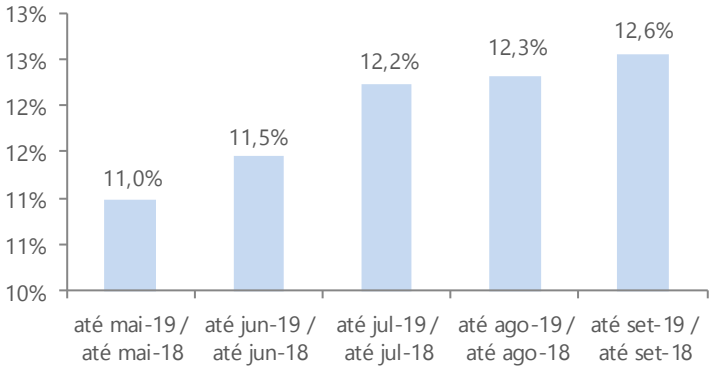
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



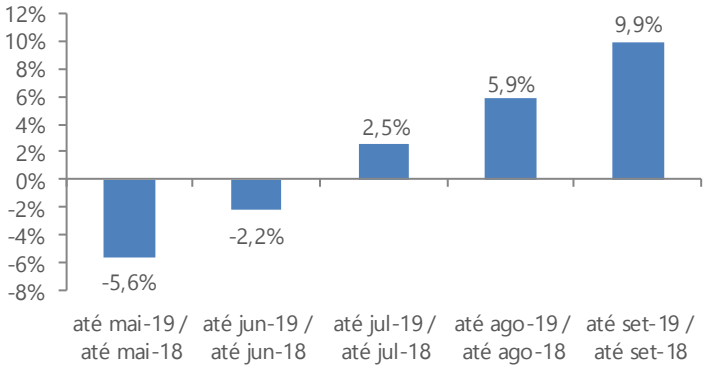
Cobertura de Pessoas



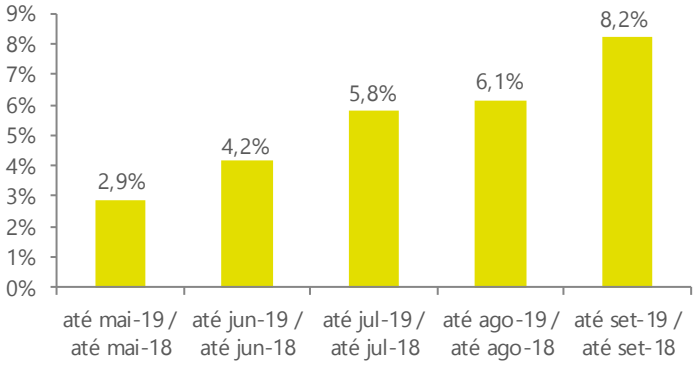
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



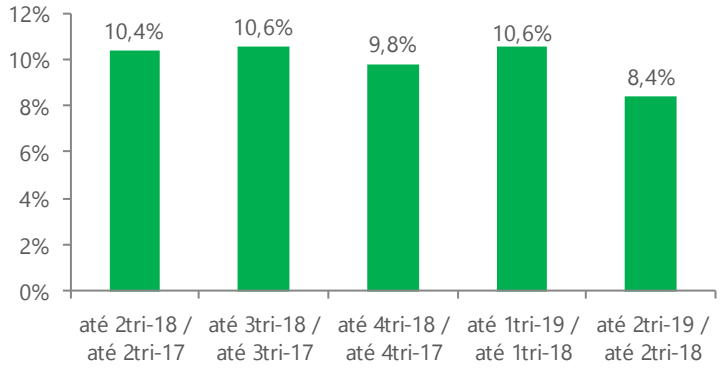
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



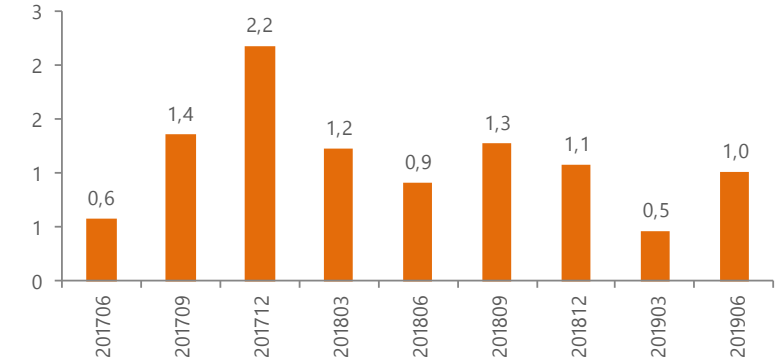
Saúde Suplementar



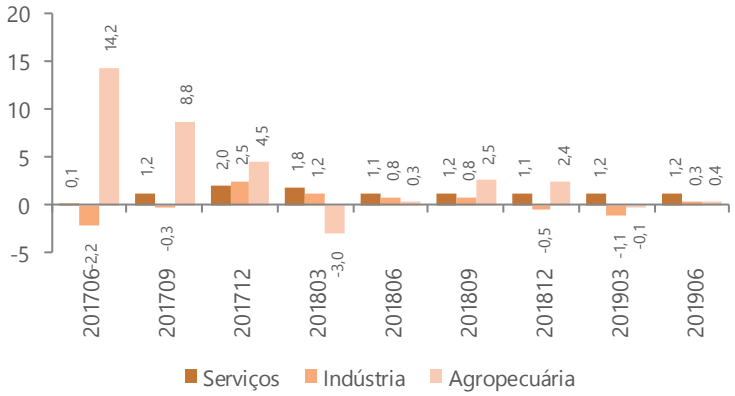
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 30/10/19)

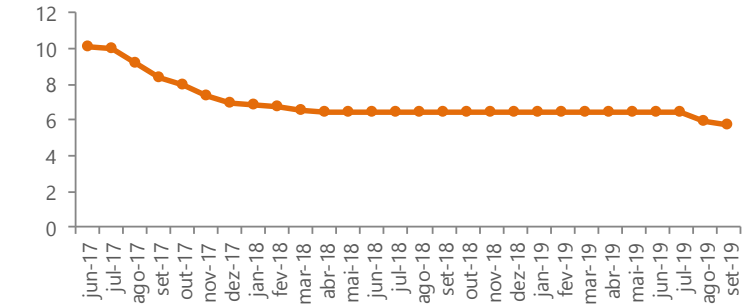
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



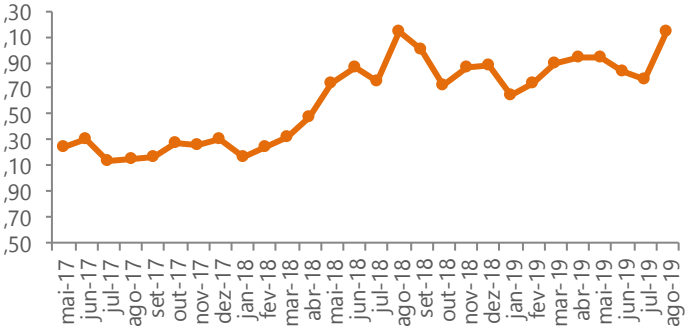
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



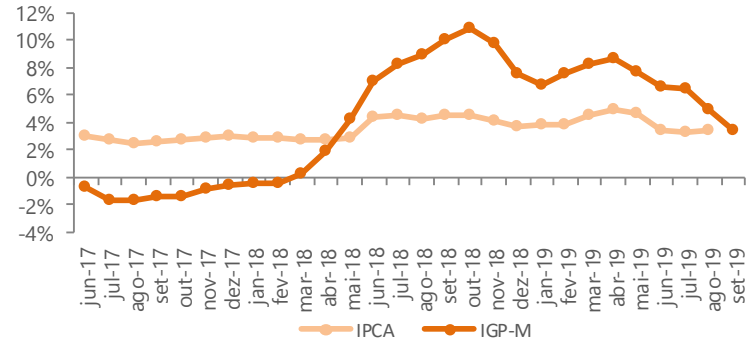
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



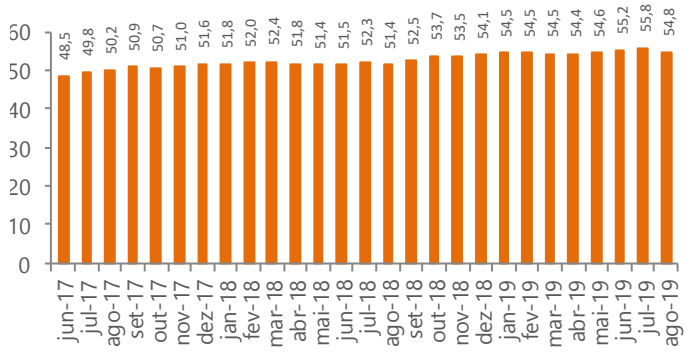
TAXA DE CÂMBIO – R$/US$
(taxa de fim de período)



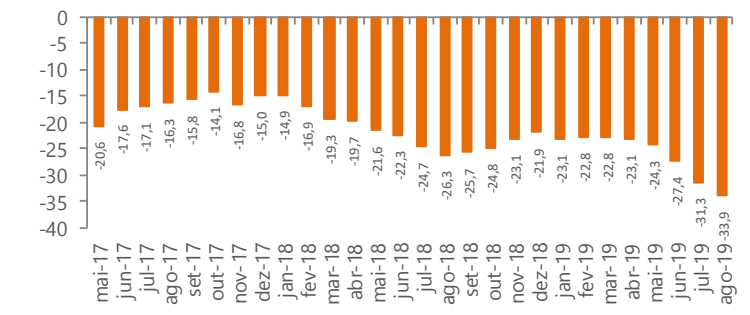
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



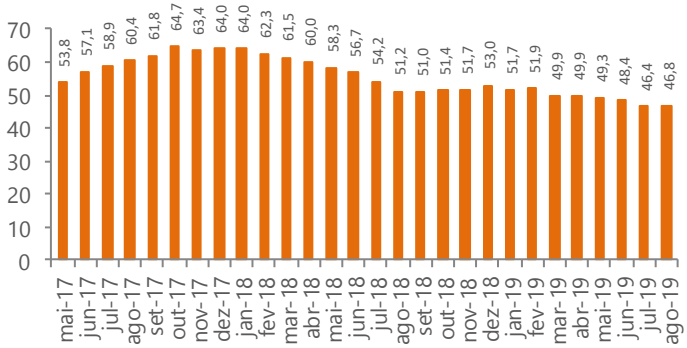
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US$ bilhões, ac. em 12 meses)



Fonte: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

Instrumento de Garantia: tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplo calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Osvaldo do Nascimento
Itaú Vida e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 13 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa – SUECI
- Lauro Faria – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador

CNseg

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização